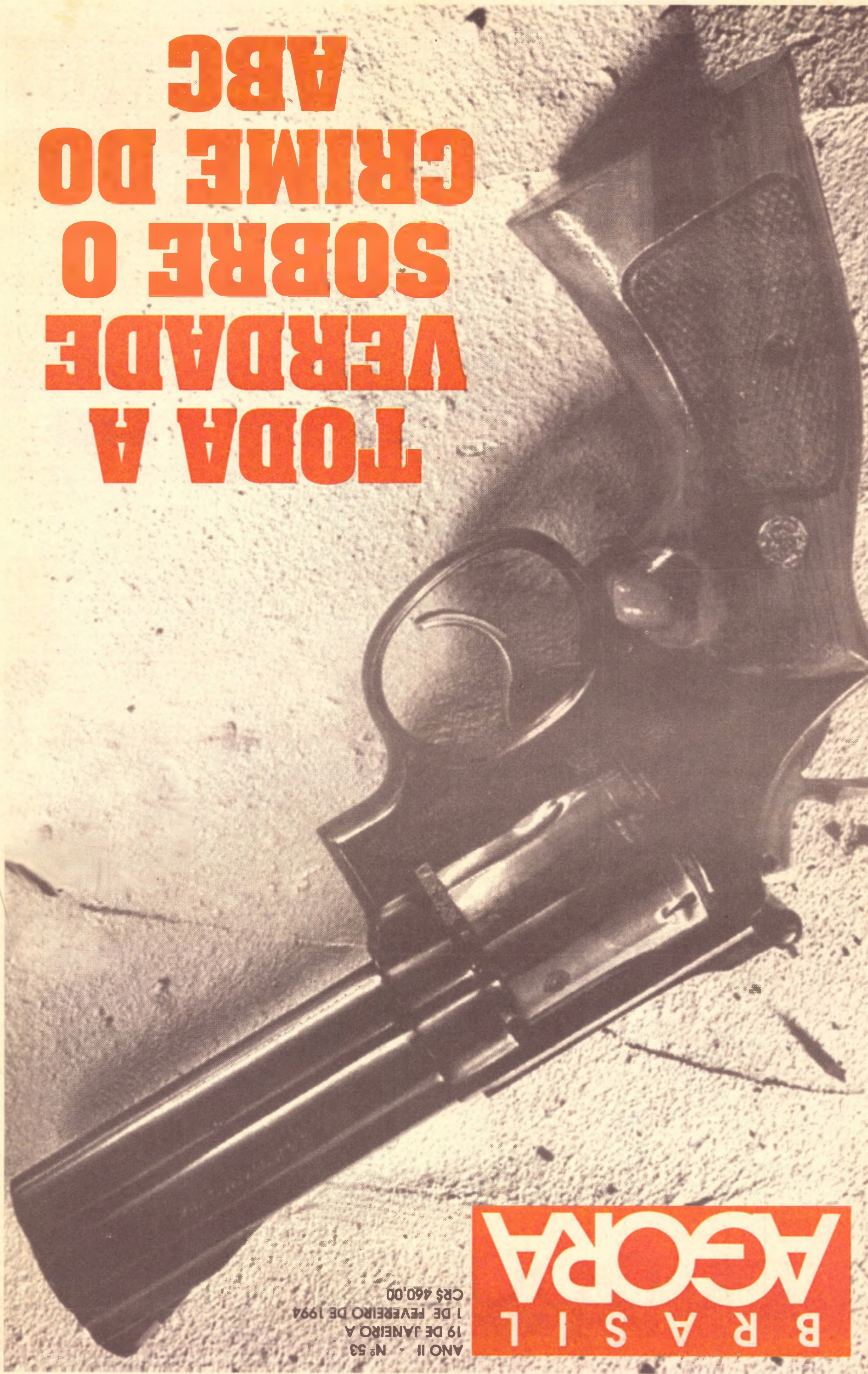


**TODA A  
VERDADE  
SOBRE O  
CRIME DO  
ABC**



**B R A S I L  
AGORA**

ANO II - Nº 53  
19 DE JANEIRO A  
1 DE FEVEREIRO DE 1994  
CR\$ 460,00



# Editorial

“Pouco importa o que conclua o inquérito policial”: ao cometer esta frase, o editorial de 16 de janeiro de O Estado de S. Paulo revela que a manipulação do assassinato do sindicalista Osvaldo Cruz, praticada por Maluf, Medeiros, Quéricia/Fleury et caterva, com a conivência da maior parte da mídia, é só pequena mostra do que virá.

“Pouco importa” caluniar, difamar, mentir, forjar provocações. “Pouco importa” reprisar Leme, Salvador, Abílio Diniz, Míriam Cordeiro. “Pouco importa” atribuir ao PT e à CUT as práticas de violência e corrupção que desde sempre caracterizam o empresariado, a direita, a Força Sindical.

A armação em torno do assassinato de Osvaldo Cruz (páginas 7 a 10) é pequena parte da manobra anti-Lula, que prevê ainda um desfecho pífo para a CPI do Orçamento (página 4), a aprovação do Plano FHC pelo Congresso Nacional (página 5), a CPI da CUT e nova tentativa de realizar a Revisão Constitucional (página 6).

Até agora, contudo, nenhuma destas manobras resolveu o problema fundamental das elites: forjar uma candidatura alternativa a de Lula. Talvez por isto os conservadores insistam tanto em mutilar a Constituição de 88, numa revisão cuja “legitimidade” é agora reforçada pela participação dos deputados envolvidos no escândalo do Orçamento —inclusive dos que provavelmente serão cassados.

Incapazes de derrotar Lula eleitoralmente, eles pretendem derrotar seu futuro governo no tapetão. Reveladora, nesse sentido, é a proposta de reduzir o mandato presidencial, que Nelson Jobim pretende incluir entre as primeiras decisões da Revisão. Ou as emendas que acabam com vários monopólios do Estado —como o do petróleo (página 10)—, reproduzindo a lógica que levou ao Caracazo, a revolta de Santiago del Estero e o levante de Chiapas (página 15).

Mas estamos certos de que a intensificação da campanha presidencial de Lula (página 12) fará de 1994 um ano ímpar na história nacional (página 13). Fazendo com que o cerco das elites contra Lula resulte no contrário do que pretendem.

\* \*

Em março próximo, encerrando o período pós-guerra civil, iniciado com os acordos de paz de janeiro de 1992, El Salvador irá às urnas. Rubem Zamora é o candidato presidencial da coligação de esquerda formada pela Convergência Democrática e pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Para uma troca de experiências na área de propaganda eleitoral, o PT enviou a El Salvador Dulce Pereira, da TV dos Trabalhadores e suplente de senadora (PT-SP), e José Américo Dias, editor do *Brasil Agora* e membro da direção nacional do PT. Em El Salvador desde 14 de janeiro, os dois relatarão sua viagem em nossa próxima edição.

# Opinião

Frete a possibilidade real de conquistar pela via eleitoral o governo federal, o PT passa a defrontar-se com um problema teórico, político e prático dos mais complexos para os partidos socialistas em condições similares. Afinal, significa, especialmente no contexto latinoamericano, responder o que fazer com aquilo que tem representado uma força voltada para se contrapor e muitas vezes liquidar o movimento anti-capitalista: as forças armadas.

Nesse sentido, a entrevista que o companheiro César Benjamim concedeu recentemente à *“Folha de S. Paulo”*, entre outros, tem o mérito de estimular, em ampla escala, o debate no interior do partido sobre a política das forças democráticas e populares para as forças armadas. Inclusive porque esta é, também, uma questão que não deve e não pode ser o apanágio dos “especialistas” e porque, ainda que importantes, são insuficientes formulações nossas como: “democratização das forças armadas” e criação do “Ministério da Defesa”, sob direção civil, em substituição aos ministérios militares.

Para dar conta da dimensão da empreitada com que nos defrontamos, talvez não seja ocioso lembrar que estamos face à necessidade de formular e desenvolver uma política para uma corporação que, especialmente no contexto do nosso continente, tem uma tradição de baluarte do conservadorismo. Tradição que a

## A ESQUERDA, O GOVERNO E OS MILITARES

levou, inspirada na “doutrina de segurança nacional”, a atuar como centro exportador da contra-revolução e até da tortura, como atestam a presença de oficiais brasileiros no golpe de Pinochet, no Chile, ou no intercâmbio clandestino de prisioneiros com as congêneres Argentinas.

Ademais, nossa política tem que considerar, preliminarmente: 1) que o fim da Guerra Fria conduziu as forças armadas dos países dependentes a uma profunda crise de identidade, na medida em que desapareceu a “potência do mal” (a ex-URSS) que supostamente ameaçava o “mundo livre, cristão e ocidental”, 2) que as política neoliberais de desmonte do Estado vêm sucateando as forças armadas, também.

Evidentemente a definição da nossa política para as forças armadas deve ser função do Brasil Democrático e Popular que queremos construir. E aqui parece que não cabem grandes ilusões; a sustentação desse país e desse projeto, no contexto político-econômico e militar da atualidade, escapa das considerações sobre o poder militar convencional e depende fundamentalmente da capacidade de que a esquerda e os movimentos sociais tenham para inspirar o engajamento das maiorias nacionais na implementação e defesa desse projeto. Depende, pois, de viabilizarmos a soberania popular.

Indubitavelmente, as forças armadas são um dado importante e incontornável da realidade brasileira. Nesse sentido, nossa política de construção e radicalização da

democracia deve visar, por um lado, desconstituir a tutela militar sobre a sociedade e as instituições políticas e, por outro, incorporar os militares e as forças armadas - como corpo devidamente profissionalizado e aparelhado - ao esforço nacional de resgate da cidadania de nosso povo e, portanto, de superação da exclusão social, econômica, política, étnica, de gênero, cultural etc.

Desse modo, a alocação das verbas orçamentárias da União, sob nosso governo, haverá de estar subordinada às exigências nacionais, que devem ser nossas prioridades: trabalho, terra, renda, alimento, educação, saúde, habitação, sadia qualidade de vida etc. Assim, sem desconhecer e sem subestimar os interesses imperialistas em, por exemplo, limitar a soberania brasileira sobre a Amazônia, o PT, ao definir sua política, não pode colidir com sua longa luta contra a política nuclear militarizada e clandestina do Estado brasileiro. Não pode fazer concessões a concepções de desenvolvimento produtivistas e predatórias dos recursos do país. Não pode descomprometer-se com as reivindicações dos povos indígenas. Por isso considero incorreta a posição expressa na referida entrevista de que, com correções de rota, o governo democrático e popular poderia apoiar projetos militares do tipo “desenvolvimento de tecnologia nuclear” e “Calha Norte”.

Ivan Valente  
é deputado estadual (SP)  
e membro do Diretório  
Nacional do PT.

## O COMANDANTE TEMPO

Há duas imagens - ambas reais - do PT: olhado de fora, as perspectivas de vitória eleitoral presidencial em 94 nunca foram tão boas; olhado de dentro, se vê um partido dividido, conflituado, com um clima péssimo de convivência das divergências, um partido que não está à altura das responsabilidades que se avizinham.

A justaposição das duas visões é que faz a situação se tornar mais grave. Aos possíveis obstáculos a um governo Lula, como o cerco do Judiciário, dos meios de comunicação, do capital financeiro internacional, da grande burguesia nacional, se acrescenta o fôro interno do PT, que até aqui tem sido mais um problema do que uma solução.

O clima interno nunca foi tão ruim: as desconfianças, as desqualificações, a intolerância, a falta de respeito pelas posições divergentes, o sectarismo e o veto a pessoas, as ambições pessoais, permeiam grande parte das instâncias dirigentes do PT, da direção à comissão de programa, das bancadas às tendências. Além dos componentes alegados de “inveja” de uns e “ vaidade” de outros, está claro que as divergências refletem mais do que isso: as bases majoritariamente expressam a necessidade da radicalidade das transformações sociais e políticas,

enquanto parte das instâncias dirigentes se preocupa prioritariamente com as condições para o governo Lula não se tornar impotente, isolado dentro de um aparato de estado hostil e um cenário político adverso. Ambos apontam para problemas reais, que precisam ser contemplados na linha estratégica de ação do partido. Qualquer unilateralização significará perda de visão de conjunto, o que pode ser fatal para qualquer projeto hegemônico.

Os tempos comandam agora a prática política. É chegado o tempo dos acordos políticos, independentemente de que a luta ideológica siga adiante. Mas esta tem que ser condicionada pela necessidade imperiosa de estabelecer acordos políticos entre os setores majoritários do PT, para assegurar uma maioria sólida e estável para a campanha e para o governo Lula. Se o PT não contar com todas as suas forças, mal pode se candidatar a aglutinar as forças majoritárias do país para se contrapor às adversidades que uma institucionalidade feita para que as elites minoritárias mantenham seu poder possa ser utilizada em direção dos interesses democráticos e populares.

O 9º Encontro Nacional tem que ser um encontro de unidade política,

de acumulação de força social, de propaganda ideológica do nosso programa, de configuração do projeto hegemônico que o PT propõe para o país. O sectarismo tem que dar lugar ao acordo político nacional, se o PT pretende se transformar no eixo do novo bloco social e político que substitua as elites falidas no Brasil. Senão, será repetir, em escala tão mais grave quanto nacional, os episódios menores das crises municipais entre as direções do partido e seus candidatos eleitos. Se for assim, que fique claro desde agora que o PT não está maduro para ser a força política fundamental das transformações que o país requer. Teremos privilegiado nossas divergências internas às necessidades das grandes maiorias nacionais.

Mas há tempo e condições de formular os termos de um acordo político em torno do essencial de nosso programa - mais além das divergências que possam subsistir sobre aspectos parciais e sobre vocabulário -, de nossa atuação na campanha e no governo do PT. Desse acordo político dependem as bases sólidas e estáveis da retaguarda partidária, para que possamos avançar unidos num combate tão difícil quanto decisivo para o futuro do país.

Emir Sader  
Professor da USP

# CPI VAI PUNIR, PERO NO MUCHOS

Como na eleição do papa, os membros da CPI do Orçamento vão se reunir a portas fechadas na sexta-feira, 22, e só deixarão o recinto depois de ler e aprovar seu relatório final, com mais de 300 páginas.

Na terça-feira, 18, ainda não se sabia o número de deputados e senadores cujas cassações seriam propostas pela CPI. Mas os jornais adiantavam que a cifra poderia chegar a 30, entre os mais de 70 parlamentares, governadores, ministros, funcionários públicos e testas-de-ferro integrantes da lista dos citados. Também não estavam ainda definidos os detalhes do procedimento da votação do relatório, se em bloco, ressaltados os destaques para cada um dos indiciados, ou se caso a caso.

Após a aprovação, o relatório seguirá, no início da próxima semana, para as Mesas da Câmara e do Senado, que deverão promover os processos de cassação por quebra de decoro parlamentar. As assembleias Legislativas do Distrito Federal, Piauí e Maranhão receberão os

documentos contendo as conclusões sobre as denúncias contra os seus respectivos governadores (o mais enrolado é o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz). Caberá, por fim, à Procuradoria Geral da República iniciar os processos contra os envolvidos suspeitos de conter ilícitos penais. No Congresso Nacional, os processos de cassação ou de punições mais leves deverão levar cerca de 40 dias para serem concluídos.

O relatório final da CPI se limitará, entretanto, a propor punições. Segundo o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), também integram o documento diversas sugestões para evitar novos desvios de verbas do Orçamento da União. (Em 1992, 64% das subvenções do Ministério do Bem Estar Social, o equivalente a US\$ 15,3 milhões, foram perdidos para o esquema de manipulação do Orçamento). Entre as medidas sugeridas, está a quebra do sigilo bancário dos eleitos a cargos populares. A CPI proporá também a extinção da própria Comissão do Orçamento, atribuindo às comissões técnicas da Câmara e do Senado a elaboração orçamentária, que, antes

de votada em plenário, seria submetida a uma Comissão de Sistematização Orçamentária. Há também sugestões para reforçar o controle e a fiscalização das contas em órgãos do Poder Executivo.

Mesmo antes de concluída, a CPI do Orçamento já produziu efeitos interessantes, como a queda de até 50% nos custos de obras públicas recém-licitadas. Também estão caindo os custos das eleições, devido a retração das empresas financiadoras de mandatos, temerosas de serem flagradas com a mão na cumbuca. Uma pesquisa feita pelo deputado Vital do Rego (PDT-PB) indica que a renovação da Câmara dos Deputados, normalmente em torno de 50%, deverá chegar, nas próximas eleições, a 87%. Uma das razões evidentes é o desprestígio dos políticos. Outra, menos evidente, é que muitos deputados que se elegeem com o objetivo de fazer negócios deverão mudar de ramo por causa dos riscos.

A CPI do Orçamento, criada por iniciativa do PT, não teve, é claro, a intenção de desbaratar todos os esquemas de corrupção que envolvem a República. De qualquer

maneira, mesmo limitada, revelou como agem aqueles políticos eleitos para fazer negócios, "os despachantes das grandes empreiteiras", para usar uma expressão do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG). Revelou também como empresas como a Odebrecht dividem entre si as verbas públicas, privatizando o Estado.

Não se pode deixar de notar que a CPI termina com algum cheiro de pizza. A última fase de seus trabalhos foi conduzida de maneira atabalhoada, a toque de caixa, ensejando a oportunidade para que alguns gatunos fossem inocentados. Seria injusto, no entanto, afirmar que a CPI terminou assim, deliberadamente, para que se protegesse essa ou aquela pessoa. Na verdade, o apressamento dos trabalhos foi forçado pelos líderes dos partidos interessados em iniciar o processo da Revisão Constitucional. Tarcísio Delgado (MG), líder do PMDB, não poderia ter sido mais explícito a respeito: "Estamos fazendo um esforço enorme para que a CPI não atrapalhe a revisão", afirmou ele.

Antônio Carlos Queiroz, de Brasília

## FALA, ALOIZIO

*Às vésperas da divulgação do relatório final da CPI do Orçamento, o deputado federal Aloizio Mercadante concedeu entrevista ao Brasil Agora sobre os resultados da investigação. Responde também às acusações de que a bancada federal teria feito um acordo com o grupo do ex-presidente José Sarney.*

### Desprivatizar o Estado.

"Verificamos que há grandes agentes corruptores, sobretudo as grandes empreiteiras, o cartel que controla o Estado brasileiro em todo o seu processo orçamentário: desde a mensagem do Executivo às emendas colocadas no Legislativo. A Odebrecht, por exemplo, manipulava até 620 milhões de dólares por ano, controlando a liberação de verbas em órgãos executivos como a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Ação Social".

**O poder da Odebrecht.** "Nós tivemos uma grande dificuldade para discutir os corruptores. Eu e o Bisol enfrentamos este debate, mas o tempo inteiro a imprensa tentou colocar na pauta outros temas, e não o esquema de corrupção das empreiteiras. Mostramos a inserção internacional da Odebrecht, como ela opera, a inserção dela no Itamarati. Na verdade existem embaixadores que não são do Brasil, e sim da Odebrecht. Ela opera uma caixa na ilha de Caiman, com recursos que eram para construir uma hidrelétrica em Angola, ela abre uma mina de diamantes e estes recursos vão para Caiman. Dinheiro público brasileiro que financia um empreendimento em outro país e acaba sendo canalizado para uma mina de diamantes, cujo resultado vai para um paraíso fiscal e não volta para o Brasil. E esta empresa que assaltou o Estado brasileiro durante todos estes anos é

a empresa que vai controlar o processo de privatização, o pólo petroquímico. Temos que transformar a Odebrecht em inidônea para participar de qualquer licitação pública. E exigir que ela reponha aos cofres públicos, porque ganhou muito mais do que toda a quadrilha de deputados que existia no Congresso. E isto não aparece na imprensa, nem no debate público. Quando a **Veja** lançou o livro de 25 anos e distribuiu gratuitamente 700 mil exemplares, o que aparece na primeira página é o patrocínio da Norberto Odebrecht".

### Cassação dos corruptos.

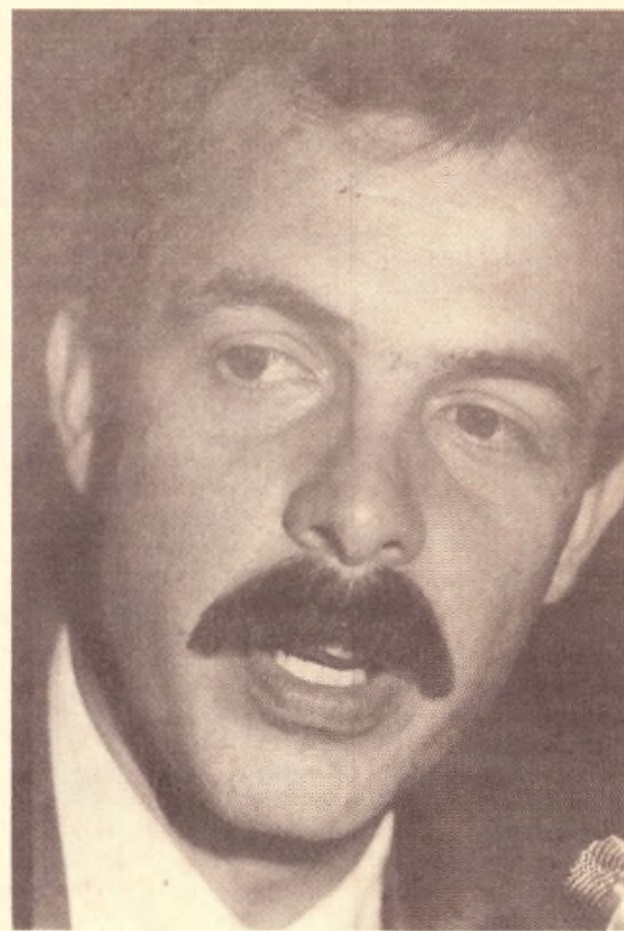
"Foram feitas diligências das quais o PT foi excluído, nunca fomos nomeados para uma diligência sobre os governadores. Mas apesar disto o núcleo central da corrupção do Orçamento foi duramente atingido por esta CPI. O relatório final deve pedir a cassação do Ibsen Pinheiro, Ricardo Fiúza, Genebaldo Correa, João Alves, José Geraldo, Manoel Moreira. Acho que saímos também com o pedido de impeachment do governador Roriz. Ainda na questão parlamentar, o desenvolvimento deste processo na Comissão de Justiça, que eles vão tentar obstruir, e a votação em plenário, com voto secreto, são dois momentos difíceis. Se não continuarmos com uma campanha que pressione a opinião pública, o corporativismo vai impedir a cassação".

### O suposto acordo com Sarney.

"A questão da convocação da Roseane e do Arraes foi largamente explorada pela direita e lançada levemente pelo deputado Luiz Salomão no final da CPI. A denúncia que surgiu, do acordo entre o PT e o grupo do Sarney para impedir a instalação da CPI da CUT, não tem a menor procedência. Primeiro porque a CPI da CUT será instalada, os

nomes que vão participar já foram anunciados. Só foi adiada a decisão por uma semana no Congresso, para aguardar a votação final do relatório da CPI do Orçamento.

A Roseane não foi convocada porque nunca foi apresentado um requerimento em plenário, ela nunca entrou na minha Subcomissão de Bancos, eu não teria poderes para pedir o requerimento em plenário ao longo da investigação, ninguém apresentou e basicamente o que se tinha sobre ela era uma lista de brindes, que se fosse um dos critérios da CPI teríamos mais 100 nomes para investigar e aí o impasse seria até onde a minoria caça a maioria. O caso do Miguel Arraes é mais delicado. De fato há um documento de intenção de financiamento de campanha para 1994. E há uma menção de prioridade de financiamento, para o Roberto Magalhães, Marco Maciel, Gustavo Krause, José Múcio. O Miguel Arraes está no segundo bloco, não como prioritário, mas há uma versão de que ele teria solicitado a antecipação do apoio de campanha. A CPI desprezou este documento, mas porque era uma intenção de apoio para campanha de 1994 e já é legal esta atividade. Como é uma intenção, a CPI não pode julgar intenção e sim os fatos. E a direita jogou o nome do Miguel Arraes para a quebra de sigilo bancário e fiscal. Ora, você quebrar o sigilo bancário



sobre quem quer que seja, três, quatro dias antes de terminar a CPI, é jogar o nome no limbo. Não há como apurar, inocentar ou investigar. Que a imprensa e a opinião pública tenham suspeita sobre quem quer que seja é uma coisa. Outra é a CPI oficialmente lançar suspeitas que ela não pode eliminar. Então não aceitamos a quebra de sigilo no final do processo. Porque a documentação que eu e o Bisol fizemos foi entregue a todos os membros da CPI e à imprensa há mais de 45 dias".

### O desdobramento da CPI.

"Ela será desdobrada em três: a do financiamento das campanhas, a das empreiteiras e a do sistema financeiro. Estas três CPIs podem dar continuidade ao trabalho que nós já começamos. Portanto, aparecerão novos nomes do Executivo e do Legislativo".

Plano prevê pagamento de US\$141 bilhões aos credores externos

# A DOLARIZAÇÃO ESPERTA DE FHC

No início de dezembro passado, o ministro Fernando Henrique Cardoso anunciou o seu Plano de Estabilização Econômica com objetivos tão ambiciosos como eliminar a inflação, equilibrar as contas públicas, criar uma nova moeda estável e, assim, possibilitar a volta do crescimento de forma estável e duradoura. O ministro ficou tão otimista que, no dia 14 de janeiro, compareceu a uma reunião do PSDB em Goiânia, e recebido com faixas e fogos de artifício, admitiu, finalmente, lançar sua candidatura à Presidência.

Percebendo, porém, que havia entrado numa enrascada política, tratou de desmentir a pretensão à chamada "terceira via". Sim, a velha terceira via, confirmada em pesquisa Data Folha publicada dia 2 de janeiro, que deu 32% das intenções de voto a Lula, 13% a Maluf e 10% a FHC...

A oposição ao Plano FHC por causa da candidatura FHC, ainda que explicável, seria muito questionável, eleitoreira, digamos. Afinal, quem é que não gostaria de ver o Brasil sem inflação, com as contas públicas equilibradas, uma moeda estável e a economia crescendo, gerando empregos e tal? A questão não é esta, porém. Além do que, a oposição ao Plano FHC no Congresso Nacional — mesmo depois do anúncio da candidatura do ministro — continua sendo muito pequena. O único partido totalmente contrário é o PCdoB, com meia dúzia de deputados. O PT e o PDT, por exemplo, só são contra aspectos do Plano, como o aumento de alíquota do imposto de renda da classe média de 25% para 26,6% e a

retenção do repasse de verbas para Estados e Municípios. Os dois partidos aceitam até mesmo a idéia do corte de US\$ 22 bilhões, embora exigindo a sua revisão. A essência do plano, que é a criação da Unidade Real de Valor (URV), vinculada ao câmbio do dólar, nem chega a ser

deixando para trás o passado inflacionário.

Porém, afirma Aldo Rebelo, a intenção do governo de baixar a inflação desta maneira será frustrada, devido à disputa de interesses que rege o processo inflacionário: o conflito distributivo de rendas. Isto

é, os que hoje podem proteger seus haveres financeiros da inflação — fazendo aplicações nos fundos, por exemplo — logo aderirão à URV. Já os que não podem, serão obrigados a viver com os cruzeiros inflacionados. "Pode-se dizer que o governo está programando uma hiperinflação em cruzeiros. Mas a própria URV não estará livre da inflação,

como aliás também não está, hoje, o dólar", diz Rebelo, acrescentando que, mais uma vez, haverá uma maciça transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e do setor concorrencial para o setor oligopólico da economia.

A vinculação da nova moeda aos dólares das reservas internacionais, ainda que as autoridades econômicas neguem, tem um nome:

"dolarização". Não é que a moeda nacional venha a ser substituída pelo dólar, como aconteceu no Panamá ou mesmo na Argentina. Aqui, conforme explica o economista Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas, o dólar seria utilizado "como ponto central de referência ou elemento básico de um programa de estabilização macroeconômica". Com consequências muito sérias, segundo Batista Jr. Entre outras, o país abdicaria da possibilidade de "desenvolver políticas próprias nas áreas monetária e cambial" e "ficaria rigidamente atrelado às decisões do Tesouro e do Banco Central americanos, sem com isso adquirir qualquer direito ou possibilidade de influenciá-las", correndo o risco de ter o seu sistema financeiro desnacionalizado. Em resumo, o país perderia a sua independência ou soberania monetária.

O sentido mais geral do Plano FHC — o atrelamento ainda maior da economia brasileira à economia internacional — é confirmada também por dados fornecidos à subcomissão de Política Monetária pelo Banco Central, sobre o pagamento dos encargos da dívida externa. Segundo esses dados, de 1987 a 1993, o país desembolsou, com amortizações e juros da dívida, um total de US\$ 92,2 bilhões, uma média anual de US\$ 13 bilhões, cerca de 3% do PIB. Nos próximos sete anos, de 1994 a 2000, o Plano FHC prevê o pagamento de US\$ 141,3 bilhões. No ano 2000 deverá ser ainda maior, mesmo porque, nesse período, o país tomará cerca de US\$ 73 bilhões de novos empréstimos para ajudar na rolagem da dívida. (ACQ)



discutida mais amplamente.

Segundo explica o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), coordenador da Subcomissão de Política Monetária, da Comissão Especial criada para analisar o Plano, sua parte monetária busca, num primeiro momento, eliminar a inflação através da criação de um novo indexador diário, a URV, que mediria a "inflação contemporânea",

## BONITO PLANO, FERNANDINHO !

Preparando esta semana a reunião dos líderes partidários, o Ministro Fernando Henrique Cardoso revelou-se otimista, porque "o Brasil é que tem pressa".

Realmente. Precisam da aprovação do ajuste fiscal em fevereiro para obter o aval do FMI, sem o qual o Tesouro norte-americano não emite os bônus através dos quais os bancos privados refinanciam a dívida externa em abril. É neste mês também que o ministro espera sair "por cima" do governo, como candidato presidencial.

O conteúdo geral do plano FHC-2 é a continuação do ajuste inspirado pelo FMI, cujos modelos estão no México e Argentina. A novidade nesse caso, é o caráter "negociado" por etapas do pacote. É que o fraco e desacreditado governo Itamar não tem mesmo outra alternativa.

Isso talvez explique a sua cômica tramitação nas comissões do Congresso. A "flexibilização" dos

monopólios do petróleo e telecomunicações, a quebra da estabilidade do funcionalismo e o programa de descentralização, com a saúde, educação, saneamento, habitação, transporte e irrigação passando aos Estados e Municípios, com a extinção de 26 órgãos e programas — tudo isso empacou, porque depende de emendas "políticas" que estão no fim da fila da revisão constitucional.

Pior ainda, um aumento de impostos, tido como "imprescindível", desapareceu quando descobriram que era inflacionário... num plano de estabilização antiinflacionário. A retenção de transferências orçamentárias dos Estados e Municípios, "inegociável", de repente pareceu que se limitaria apenas aos Estados, e mesmo assim a 7,5% e não 15% do total. Estimativas de receita mudaram a amplitude dos cortes de um dia para outro, às vezes duas vezes ao dia. O próprio orçamento de 94, que se pretendia

aprovar autocraticamente, vai ser emendado.

E a grande imprensa continua, impávida, registrando o comunicativo ministro e os falantes assessores. Afinal, uma coisa inegociável para eles é a anistia dos funcionários públicos demitidos por Collor. FHC já disse que entrega o cargo se Itamar não vetar essa decisão do Congresso !

Outra coisa que eles não negociam, "é o fator fundamental para o sucesso do plano", é a conversão dos salários pela URV, o preâmbulo da nova moeda dolarizada. Os funcionários públicos já foram avisados de que seus salários serão compulsoriamente convertidos pela média do período. Os demais sindicatos são convidados a aderir voluntariamente à solução "ideal, a média livremente negociada". Enquanto isso, as remarcações preventivas de preços já levaram a inflação a mais de 40%. São os

patrões preparando livremente a negociação da média.

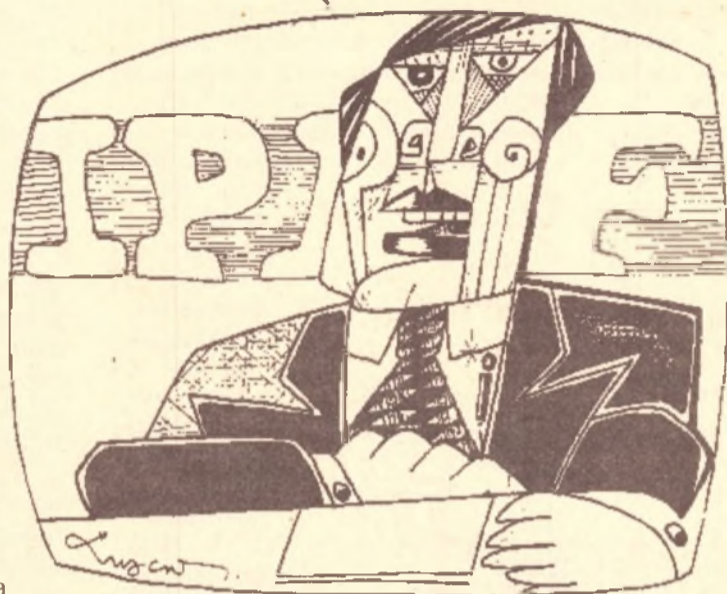
Não está claro ainda como vai ficar o tal plano, mas já se vê quem sairá perdendo: aqueles que vivem de salário, não especulam com títulos, não remarcam preços e não tem propriedades negociadas em dólar, ou simplesmente, aqueles que precisam do acesso ao serviço público.

A CUT decidiu "conclamar os parlamentares a não aprovarem o plano FHC". É preocupante o comportamento de certos deputados que parecem procurar pérolas numa pocilga. Por exemplo, um leve aumento na taxa superior do Imposto de Renda dentro de um plano globalmente recessivo e arrochante, antinacional e dolarizante. Também, o que mais se pode ainda esperar desse governo ?

Markus Sokol  
da Executiva Nacional do PT

A banda revisionista do Congresso tenta mais uma vez iniciar a Revisão

NENHUMA NOVIDADE  
NA ECONOMIA, HOJE.  
O SEU BOLSO  
CONTINUA OPERANDO  
EM BAIXA.



Na semana passada, a novela da Revisão Constitucional levantava dúvidas que faziam lembrar os antigos seriados do Batman: conseguiria o maquiavélico presidente do Congresso o quórum necessário para iniciar a revisão? Como reagirá a sociedade quando souber que os anões do Orçamento participaram do processo revisional? Cumprirá o presidente da UNE a promessa de rasgar em praça pública a Constituição modificada? Será possível votar as propostas de revisão ao mesmo tempo que o Plano FHC e os processos da CPI do Orçamento? Não perca, prezado leitor, os próximos episódios dessa emocionante aventura...

O início da revisão estava previsto para quarta-feira, dia 19. Todo o cenário foi armado para que isto fosse possível. Houve pressões enormes para que a CPI do Orçamento terminasse os trabalhos logo, evitando o engarrafamento de discussões. A imprensa multiplicou as entrevistas com o relator Nelson Jobim e com os principais interessados nas alterações da Constituição, enquanto os líderes dos partidos revisionistas preparavam as "agendas mínimas". No entanto, na noite de terça-feira o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, anunciou que a primeira votação só ocorreria na quinta, 20, porque antes o Congresso

deveria votar duas medidas provisórias que compõem o Plano FHC.

Na semana anterior, os setores contrários à Revisão ainda tentaram uma cartada visando à sua suspensão. Mais de 140 personalidades encaminharam aos presidentes da Câmara e do Senado um manifesto, exigindo a suspensão da Revisão por considerá-la "ilegítima", "intempestiva", usurpadora da delegação popular, realizada por um congresso "atingido moralmente", e por visar "atentar contra princípios, definições e instrumentos institucionais e políticos, essenciais à sobrevivência do Brasil como nação soberana". O documento foi encabeçado pelo presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e assinado por Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, Ernando Uchôa Lima, presidente em exercício da OAB, Aziz Ab'Saber,

## AS SEREIAS VOLTAM A CANTAR

presidente da SBPC, Jair Meneguelli, da CUT, pelos presidentes das duas CGTS, UNE etc. Chamou a atenção a participação de membros do Movimento Nativista, um grupo de militares da reserva. A repercussão do manifesto, entretanto, foi muito pequena.

Dos partidos contrários à revisão, restaram o PT e o PCdoB. Os demais —PDT, PSB etc.— apresentaram propostas, aderindo ao processo. As bancadas petista e comunista reuniram-se na semana passada e decidiram continuar a fazer obstrução, a despeito das tentativas de sedução preparadas pelo deputado Nelson Jobim.

A primeira dessas tentativas foi a proposta de afastar os parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. Jobim chegou à conclusão, contudo, de que juridicamente seria muito difícil fazer isso, uma vez que não se pode presumir a culpa de ninguém até que seja julgado. Uma situação constrangedora tanto para o indiciado quanto para o Congresso Revisor está criada: o suspeito não vai deixar de participar, para não admitir a culpa, e o Congresso terá dificuldades de explicar a participação de pessoas que já se

sabe serão mesmo cassadas, como é o caso do deputado Ibsen Pinheiro.

Outra isca de Jobim foi a inclusão, para votação em primeiro lugar, de matéria prevendo a limitação da imunidade parlamentar, a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos e a extinção das medidas provisórias. Jobim calculou que esses três temas, que julga de grande apelo popular, garantiriam a participação dos "contras" e também uma maciça presença dos demais parlamentares.

A maior parte das críticas contra a Revisão prende-se aos interesses nacionais e aos direitos dos trabalhadores. No último dia 9 de janeiro, um peso pesado — que, aliás, é favorável à revisão — fez críticas contra a tentativa dos revisionistas de mutilar a democracia. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, da UFRJ, atacou a *Folha de S. Paulo*, a FIESP, o deputado José Serra (PSDB-SP) e o cientista político Bolívar Lamounier, entre outros, por defenderem o parlamentarismo com o voto distrital misto e a redução do número de partidos. Segundo Santos, eles fazem parte de um movimento que poderá levar à mutilação da democracia e da soberania da sociedade brasileira, recuperada com o fim da ditadura militar.

Antônio Carlos Queiroz

## RESISTIR AO GOLPE

Esta Constituição foi promulgada depois de dois anos de trabalho de uma assembléia que recebeu um mandato popular para redigir o texto que formalizaria o fim do regime militar. Agora, um único parlamentar, Nelson Jobim, tem na manga do colete uma nova Constituição, que ele pretende impor ao país, sem debate com a sociedade, sem o conhecimento sequer dos parlamentares, talvez apenas com o apoio da CNI, entidade sindical patronal à qual presta serviço.

Esta revisão sempre careceu de base jurídica e legal. O artigo 3º dos Atos das Disposições Transitórias, quando falava de revisão, limitava-a ao capítulo do Sistema de Governo. Como, no plebiscito de 21 de abril, o povo se pronunciou pela manutenção do presidencialismo, não há revisão a ser feita. Por outro lado é evidente

que, se o constituinte de 1988 tomou o cuidado de convocar um plebiscito para a revisão do capítulo do sistema de governo, por que ele não teria convocado um plebiscito quando se tratava de proceder a uma revisão do conjunto do texto?

Simplesmente porque ele não previu esta revisão geral.

Apesar destas evidências do caráter golpista da revisão, ela está em marcha. Está em marcha porque não fomos capazes de implementar a decisão do 8º Encontro Nacional do PT, que decidiu pelo boicote à revisão. Ou porque o movimento sindical tampouco foi capaz de romper com seu corporativismo e agiu de forma dispersa quando tentou combater a revisão.

Mas não adianta chorar o leite derramado. Ainda há tempo de reagir. Neste sentido, as bancadas de

esquerda e o movimento sindical precisam retomar a iniciativa. É possível pressionar o Congresso no sentido de impedir que ele se utilize da revisão para lançar uma cortina de fumaça sobre as investigações da CPI do Orçamento, que apenas levantou o véu da corrupção que cobre o aparelho do Estado.

Cabe também pressionar pela instalação da CPI das empreiteiras e da CPI do financiamento das campanhas. Estas CPIs certamente demonstrarão que a grande maioria dos detentores de mandatos neste país tem suas campanhas financiadas por dinheiro público que passa pelas empreiteiras e volta para os eleitos não apenas para financiar suas campanhas mas também para dilatar de forma espúria seus patrimônios.

Athos Pereira

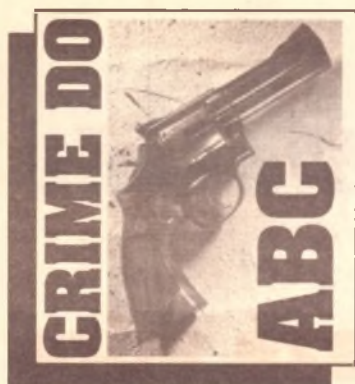
## Teoria e Debate

"Às vezes o mundo de pontacabeça, faz mais sentido"

A revista trimestral do Partido dos Trabalhadores que há mais de 6 anos publica artigos sobre os principais temas discutidos pela esquerda brasileira e internacional.

Assinatura anual (4 edições):  
**Cr\$ 6.440,00**  
Assinatura de apoio (4 edições + 4 n.ºs anteriores a sua escolha):  
**Cr\$ 7.280,00**  
Assinatura de 2 anos (8 edições):  
**Cr\$ 11.480,00**

Telefone já para :  
(011) 220.2103



# MORTE DE OSWALDO CRUZ FOI RESULTADO DE RIXA PESSOAL

*Os urubus da direita tentam faturar politicamente o assassinato do sindicalista e caluniam Lula e o PT, procurando vinculá-los ao episódio*

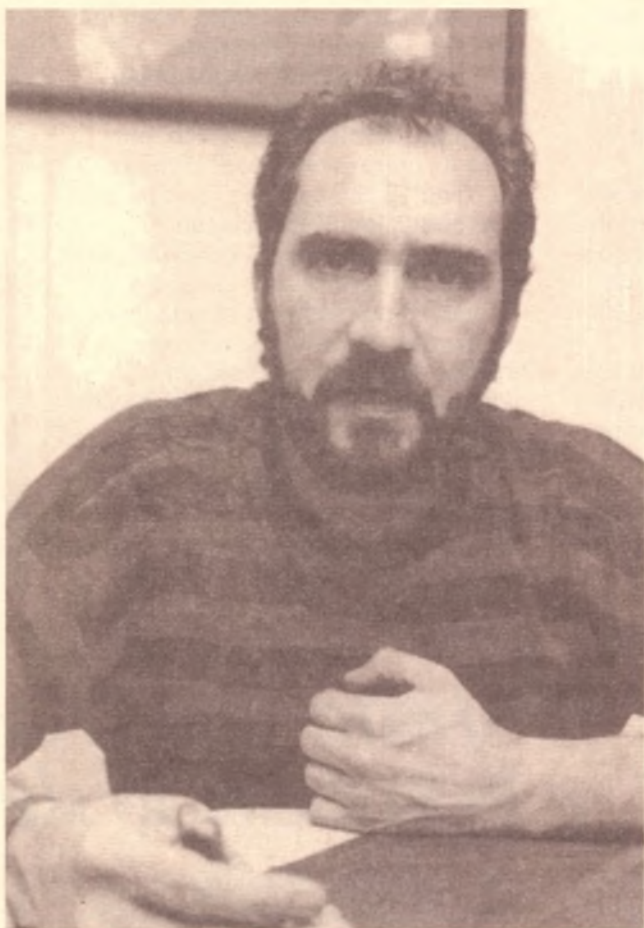
Os primeiros dias de 1994 surpreenderam os militantes petistas com uma vasta operação para desestabilizar a candidatura Lula, operação montada por Fleury-Quércia e Maluf, com apoio da Rede Globo e setores da mídia, a partir do assassinato do presidente do Sindicato dos Condutores do ABC, Oswaldo Cruz.

A direita quer difundir na sociedade a idéia de "queima de arquivo", usando como porta-vozes Luiz Antonio de Medeiros, Maluf e o delegado de polícia Nelson Guimarães (especialmente designado por Fleury para cuidar do caso), e buscando vincular a morte de Oswaldo aos ataques que ele vinha fazendo à CUT e ao PT.

O PPR aproveitou para dar novo impulso à CPI da CUT.

O esquema Fleury-Quércia, ao nomear para as investigações um delegado da sua mais absoluta confiança, pretendia municiar-se em primeira mão para esta CPI, tentando encarnar a condição de anti-Lula.

Na verdade, o crime de Santo André foi motivado por uma rixa pessoal. "Foi uma divergência política interna do Sindicato, que degenerou em briga pessoal", segundo a própria viúva de Oswaldo, Valéria, que anunciou sua intenção de



**OSWALDO CRUZ,  
O SINDICALISTA  
ASSASSINADO EM  
SANTO ANDRÉ**

permanecer filiada ao PT. Porém, a tragédia encaixou-se como uma luva na estratégia da direita, que já vinha buscando inviabilizar a candidatura de Lula jogando o PT na vala comum da corrupção, como se o eventual apoio de sindicatos de trabalhadores aos candidatos petistas fosse igual às relações corruptas existentes entre o grande capital e partidos como o PFL, o PPR e o PMDB.

Nas páginas 8 a 10, Brasil Agora organiza as informações disponíveis sobre o episódio, vacinando a militância contra a boataria sórdida espalhada pela direita.

*Manipulação da tragédia reacente ataques à CUT mas não acua o PT*

## "QUEREMOS INSTALAR JÁ TODAS AS CPIs" DIZ FALCÃO

A armação em torno do crime do ABC não intimida o Partido dos Trabalhadores.

O PT quer apurar tudo que estiver "em pauta" no Congresso e é contra o adiamento da instalação das novas CPIs, aprovado em reunião no colégio de líderes no dia 13 de janeiro. Por decisão da Executiva Nacional, que modificou o entendimento até então vigente na bancada federal petista, esta será a posição levada ao colégio de líderes na reunião de 25 de janeiro, que fixará o calendário definitivo das CPIs da CUT, das empreiteiras e do financiamento de campanhas eleitorais.

"O PT nada tem a esconder e é uma ilusão acreditar que o adiamento da CPI da CUT por dois meses poderá garantir uma postergação sine die", diz Rui Falcão, vice-presidente nacional do partido. "Quem tiver de ser investigado, será". Rui observa que o PT defende que a CPI da CUT seja realizada em conexão com a investigação do financiamento das campanhas de todos os partidos, proposta por

iniciativa do senador Eduardo Suplicy. "Evidentemente, a CUT tem o direito de prosseguir questionando na Justiça a legalidade da CPI, porque é uma entidade autônoma, por sinal a única cujos dirigentes autorizaram o Banco Central e a Procuradoria da República a quebrar o sigilo de suas contas bancárias, num fato sem precedentes, que a mídia tratou de esconder", acrescenta.

"É uma lástima que políticos desqualificados tenham tentado transformar o cadáver de um dirigente sindical em plataforma eleitoral. A manipulação é tão clara que serviu para reacender a CPI da CUT, que estava morta". Segundo Rui, é preciso traçar um paralelo com as demais entidades de classe, que tradicionalmente investem em seus representantes, embora nem sempre movidos por propósitos elogiáveis. "A UDR realiza publicamente leilões de gado para financiar seus candidatos, indica-os e paga suas campanhas. A Febraban bancou a campanha do deputado Ricardo Fiuza. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) carrega há anos a

candidatura de Albano Franco. A Fiesp elabora listas de candidatos. Nas eleições de 92 em São Paulo, a Força Sindical apoiou Aloysio Nunes (PMDB) no primeiro turno e Paulo Maluf (PPR) no segundo, por meio de jornais e caminhões de som".

Para ele, o PT deve travar a disputa político-ideológica sobre o verdadeiro papel dos sindicatos nas campanhas eleitorais. "Isso diz respeito à organização sindical e é perfeitamente legítimo que os sindicatos, respeitado o conjunto dos associados, possam apoiar seus candidatos. Isso nada tem a ver com o processo espúrio de financiamento de campanhas por empreiteiras e grandes empresas, que na verdade trocam esses favores por licitações fraudulentas e contratos milionários após a eleição, às custas do dinheiro do contribuinte".

Ele lembra que é uma tradição, no mundo todo, que os sindicatos estejam na origem de partidos políticos. No Brasil, os sindicalistas foram a principal base do PT, e mais tarde o partido desempenhou papel importante no

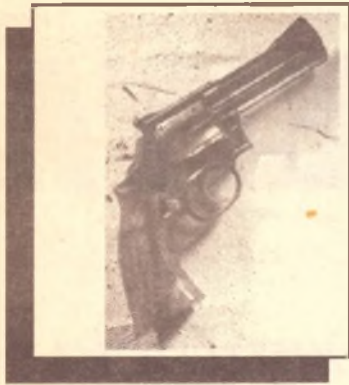
surgimento da CUT.

Na verdade, afirma Rui, a direita, surpreendida "com a mão na massa" no caso Pau Brasil e diversas outras maracutaias, tenta criar uma vala comum, equiparando esse tipo de financiamento corrupto à participação de sindicatos na campanha de candidatos do PT. "Como a direita não pode provar que é inocente, diz que todos são corruptos como ela".

Rui chama atenção para um aspecto da nova lei eleitoral: a proibição de que os sindicatos apoiem candidaturas. "A CPI do Orçamento deve exigir a revisão da atual legislação, pois, além de permitir limites absurdos de contribuição financeira, ela mantém no anonimato as empresas financiadoras e, por outro lado, exclui os sindicatos da possibilidade de financiamento. A lógica é única: discriminar os trabalhadores". Ele afirma que o PT vai empenhar-se para rever a lei e garantir a transparência nas doações, a prestação de contas ao eleitorado e o direito de participação dos sindicatos.







# Xerife preferido de Fleury fala demais

Currículo mais adequado, impossível. Ao retirar da alçada da polícia de Santo André a investigação do assassinato de Oswaldo Cruz, o governador Fleury já tinha em mente um destinatário para o caso, alguém que tantos dividendos lhe trouxera em pelo menos uma ocasião: o sequestro do empresário Abílio Diniz. Não se duvide: o falecido delegado de polícia Nelson Guimarães é o homem certo para a investigação desse crime, do ponto de vista de quercistas, malufistas e quejandos.

Em 1989, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial, Guimarães esteve envolvido até o pescoço com as maquinações em torno do episódio Abílio Diniz, que levaram muitos eleitores ingênuos a acreditar que o PT tinha algo a ver com o sequestro. Lula, em coletiva à imprensa no dia 10 de janeiro, chamou atenção para a coincidência: nos dois casos de ampla repercussão, ambos prestando-se à exploração político-eleitoral contra o PT, lá estava o mesmo Guimarães.

Diante das acusações do PT, o delegado tentou defender-se. Ainda no dia 10, declarou, sobre o caso Oswaldo Cruz, que seria "incapaz de conceber o Lula sentado a uma mesa, planejando um assassinato". Depois, em carta enviada aos jornais, jurou que não teve qualquer responsabilidade nos acontecimentos de 89. No dia seguinte, numa revelação espantosa, confessou que foi convidado para uma "armação", mas que não topou participar.

Testemunha conivente  
"Agora se sabe, pelas declarações do delegado Nelson Guimarães, que,

de fato, foi a polícia quem vestiu camisetas do PT nos sequestradores do empresário Abílio Diniz", comentou em sua coluna na **Folha de S. Paulo** o jornalista Luís Nassif, no dia 13 de janeiro. "O delegado diz que não foi o responsável, mas admite que participou de reuniões onde se decidiu pela tramóia. No mínimo, foi conivente com um crime que teve influência



**PARA VALÉRIA, A VIÚVA, O CRIME TEVE CARÁTER PESSOAL**

sobre as eleições presidenciais de 1989".  
Nassif arremata seu comentário



**O DELEGADO NELSON GUIMARÃES**

pedindo que o Ministério Público e o Judiciário "não deixem passar em branco a confissão do delegado —de que foi testemunha e cúmplice de um crime de manipulação política". Sua manutenção à frente do inquérito, diz o jornalista, "será mais um episódio nebuloso na biografia polêmica do secretário Odyr Porto".

O governador Fleury, que da posição inicial de "queima de arquivo" acabou recuando para "isso é caso de polícia, não de política", perdeu a compostura quando um repórter do **Jornal do Brasil** quis ouvir uma declaração sua sobre a confissão de seu delegado predileto. Irritado, o homem do Carandiru abandonou a coletiva de imprensa: "vai falar com o delegado, não comigo" (no entanto, em 1990, em meio ao esforço para atrair o apoio dos petistas no segundo turno da eleição para governador, Fleury confidenciou a Eduardo Suplicy ter recebido "pressões" para implicar o PT no sequestro de Abílio Diniz).

Devagar, quase parando a estratégia de Guimarães estava bem definida: a última coisa a fazer seria procurar o assassino de Oswaldo Cruz. Com a maior cara de pau, no dia 14 de janeiro (mais de uma semana após a data do crime) o delegado disse ao repórter Cláudio Tognolli, da **Folha**, que não tinha pressa de localizar José Benedito da Silva, o Zezé. Para o caso foram designados apenas dois investigado-

res, que se limitavam a entregar intimações. A reportagem é demolidora da reputação do policial: "O delegado Nelson Guimarães só encontrou a principal testemunha do caso, José Basílio dos Santos, depois que ele se apresentou à imprensa, dizendo-se disposto a falar com a polícia".

"Crime do ABC" é um Dossiê elaborado pelo jornalista Marcos Soares

## O caso na imprensa

"A suspeita recai sobre a intolerância do PT, que armou o braço do assassino. O Cruz não se conformava com o uso de dinheiro sindical pelo PT e foi assassinado friamente para queimar um arquivo".  
(Paulo Maluf, na **Folha** de 8.1)

"O que Maluf tem que responder é sobre a participação dele, de seu filho e de sua assessoria mais direta no caso Pau Brasil".  
(Rui Falcão, na **Folha** de 8.1)

"A viúva declarou supor que o crime foi motivado por uma 'divergência política dentro do Sindicato'. Para Valéria, a divergência 'gerou uma briga pessoal, envolvendo Oswaldo e José Benedito'. Valéria não acredita que tenha havido 'um crime político'".  
(Fausto Macedo, no **Estadão** de 9.1)

"A histeria do PT aponta a CPI como um, digamos, instrumento do diabo".  
(Gilberto Dimenstein, na **Folha** de 12.1)

"Esta armação interessa fundamentalmente às elites. Desesperadas com a nau sem rumo em que transformaram o País, lançam mão de todas as cartas para se agarrar ao poder".  
(Jair Meneguelli, no **Estadão** de 14.1)

"Quando o assassino for ouvido, já teremos embasado todo um rol de denúncias, feitas pelos depoentes".  
(Delegado Nelson Guimarães, justificando a decisão de não ir atrás de Zezé, na **Folha** de 15.1)

"Sete tiros abalam o ABC paulista"

(Manchete da p. 3 do **Globo** de 14.1, somando os 4 tiros desfechados contra Oswaldo Cruz aos 3 de um suposto atentado a bala contra adeptos do sindicalista)

"Não acredito que o atentado tenha sido por causa das denúncias que fiz contra o Lula, e sim por causa do trabalho de militância a favor do Clodovil, irmão do Oswaldo".  
(Zé Louquinho, ex-motorista da "Gabriela", vítima do suposto atentado, no **Globo**)

"Foi na Globo, mais do que em qualquer outro lugar, que os quatro tiros contra Cruz foram transformados em plataforma anti-petista. Valeu tudo para atingir Lula".  
(Júnia Nogueira de Sá, na **Folha** de 16.1)

## Mineiro na ofensiva

O presidente da CUT de Minas Gerais, Carlos Calazans, inverteu o sinal da discussão enviesada suscitada pela recente ofensiva anti-Lula. Calazans optou por uma linha ofensiva, mais sintonizada com os anseios da militância, declarando sem papas na língua: "Apoiamos Lula em 89 e Patrus Ananias (hoje prefeito de Belo Horizonte) em 92. Vamos apoiar novamente Lula. Não deixaremos de apoiar qualquer candidato que esteja comprometido com as aspirações dos trabalhadores". A declaração de Calazans vai pela trilha aberta por Lula, que na coletiva de 10 de janeiro confirmou a "acusação" de que havia subido em "milhares de caminhões de som, no Brasil todo". A tensão não impediu Lula de fazer uma blague: "Subi sim, mesmo porque é impossível fazer comício embaixo dos caminhões".

# A REVISÃO, AS ESTATAIS E A PETROBRÁS

O verdadeiro objetivo da revisão constitucional é acabar de vez com as empresas estatais, reduzir ao mínimo a atuação do Estado e escancarar a nossa economia, acabando com os monopólios da União nas áreas de petróleo, energia elétrica e telecomunicações.

Seguindo Collor, a dupla Itamar/FHC elegeu as estatais e seus empregados como inimigos principais. Ao mesmo tempo, numa ação bem orquestrada, a grande imprensa lhes faz coro (ou antes, dá o tom da ação do governo), derramando editoriais e mais editoriais cobrando rigor do governo com as estatais, maior agilidade na revisão constitucional e o fim dos monopólios da União.

Para os grandes grupos econômicos, de pouco vale a eliminação de algumas conquistas trabalhistas e sociais na revisão o que, sem dúvida, desejam sem "reformas" mais profundas. Para eles, revisão é "menos Estado, mais iniciativa privada".

Itamar ainda sonha em fazer o sucessor. Divide esse sonho com os caciques do PSDB, que querem ver FHC com a faixa presidencial. Eles precisam dar ao povo um bode expiatório para a tal da inflação. E há o melhor bode expiatório do que um suposto reino de privilegiados, recebendo altíssimos salários para nada produzir e que, ainda por cima, dificultam as tentativas dos abnegados que tentam trazer novos investimentos para o País?

O governo usa o pretexto do combate a "privilégios" para reeditar uma MP (já derrubada no STF) que lhe dá mais poderes sobre as estatais. O governo precisa dela para impor às empresas do Estado os resultados de seus acordos com os empresários.

No caso da Petrobrás, os ataques do governo e dos empresários se dão em vários níveis. Eles produzem diariamente contra ela uma avalanche de denúncias que não resistem à menor análise, enquanto o governo procura limitar ao máximo a



dotação orçamentária da empresa para 1994 e promove a privatização progressiva de suas subsidiárias. Mas o grande lance é mesmo o fim do monopólio estatal do petróleo, que eles pretendem obter na revisão constitucional.

É muito difícil promover a simples privatização da Petrobrás, uma empresa com um patrimônio avaliado em mais de US\$ 12 bilhões e faturamento bruto de US\$ 20 bilhões. Não há investidor privado que possa bancar valores como esses. Por isso as iniciativas se diversificam, com vistas à depreciação da empresa, provocando uma asfixia que a leve a perder eficiência, o que reforçaria a "necessidade" da entrada da iniciativa privada no setor.

Com o fim do monopólio, a Petrobrás desenvolveria atividade de apoio para a ação das empresas

privadas. Ela realizaria o trabalho pesado e de custo elevado, como a pesquisa de novas reservas e produção do óleo e gás; enquanto o refino, a distribuição e a comercialização, onde o lucro se realiza, seriam efetuados pelas empresas privadas. O resultado, óbvio, seria a quebra da Petrobrás e a conseqüente queda da produção nacional. Com isso teríamos que importar mais petróleo. Os preços dos combustíveis, alinhados ao mercado internacional, chegariam a níveis altíssimos, a exemplo do que ocorreu na Argentina após a privatização da YPF, a estatal do petróleo local.

Os privatistas estão investindo pesadamente na mídia, envolvendo quase todos os grandes articulistas, com algumas poucas e honrosas exceções.

O objetivo é impedir que um projeto popular como a candidatura Lula, que se propõe a aperfeiçoar a atuação das estatais e não a acabar com elas, possa chegar ao poder. Eles querem eliminar toda resistência social organizada, daí a CPI da CUT e os ataques a entidades como a OAB, bancados por políticos como Roberto Campos e jornais como "O Estado de S. Paulo", "O Globo", "Folha de S. Paulo" e outros.

Diante de tudo isto, a sociedade civil, o movimento sindical e os partidos de esquerda precisam intensificar ainda mais sua ação contra a revisão constitucional, tendo mais presentes quais **Jorge Candido** verdadeiro dirigente do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos(SP)

## ELEIÇÃO NOS BANCÁRIOS - SP

### Ferida aberta no campo da CUT



Enquanto este número do Brasil Agora chega às bancas, estão terminando as eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. As urnas deverão ter percorrido cerca de 3 mil locais de trabalho, para pegar os votos de mais de 90 mil trabalhadores.

Duas chapas ligadas à CUT estão disputando um dos maiores sindicatos do Brasil. A Chapa 1 é encabeçada por Ricardo Berzoini, atual secretário-geral do sindicato e representa a continuidade da atual gestão, sendo composta por simpatizantes do PT (Articulação Sindical), PC do B e PSDB. A Chapa 2, de oposição, tem como candidato a presidente o bancário Manoel Eládio Rosa e é apoiada por militantes do PT (ligados às tendências Hora da Verdade, DS e O Trabalho), do PSTU (ex-CS) e do PPS.

As vésperas das eleições o pessoal da Chapa 1 divulgava confiante os resultados das pesquisas que haviam realizado com a categoria, apontando sua vitória por 53% a 21%. Eles acreditavam que o trabalho de estruturação do Sindicato e o bom resultado obtido na última campanha salarial seriam seus principais argumentos para garantir a reeleição. Já para seus adversários, os resultados da campanha salarial eram avaliados como ruins e a atual diretoria acusada por desperdiçar dinheiro "com uma estrutura empresarial" (nova sede, gráfica, etc.)

Mas, infelizmente, as divergências não pararam por aí.

Enquanto a CUT e o PT ficavam sob o fogo cerrado de Maluf, Medeiros e da grande maioria da mídia que caçava uma "conspiração" armada por Lula e Meneguelli para assassinar o Sindicalista Oswaldo Cruz Junior, a Chapa 2 carregava na tinta e acusava a atual diretoria de corrupção, desvio de verbas para sua campanha e conclusão com os banqueiros.

Gilmar Carneiro, atual presidente do Sindicato e candidato a um cargo na Executiva da Chapa 1, era o mais visado pelas acusações. Revoltado, ele exigia a intermediação da direção nacional da CUT nas eleições e anunciava que já estava entrando com processos na justiça contra a Chapa 2.

Tudo em vão. Nos dois primeiros dias de eleição os ataques da oposição continuavam cada vez mais ferozes, estampados em todos os jornais da cidade, acusando os atuais diretores de terem desviado cerca de US\$ 500 mil do Sindicato para a campanha da Chapa 1.

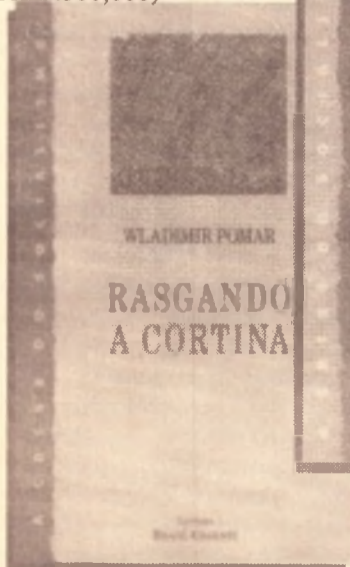
Enquanto Esperidião Amin deveria estar agradecendo em Brasília, ficava exposta, mais uma vez, uma ferida que se abre no campo da CUT cada vez que seus seguidores se dividem em um sindicato e que pode ser particularmente dolorosa neste ano eleitoral. Ela revela que para alguns, as divergências políticas são superadas por calúnias, difamações, ataques pessoais, acusações sem provas, agressões e que vale tudo para se conseguir o controle do sindicato.

Fica a torcida para que nada de mais grave aconteça até o final destas eleições e a esperança de que algo seja feito sem demora par evitar os mesmos procedimentos nas outras disputas sindicais que ocorrerão neste ano. Afinal, como disse o Lula, "o que não falta é urubu para tomar conta da carniça".

Celso Marcondes

### RASGANDO A CORTINA

Discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões do seu fracasso. (CR\$3.500,00)



### O ENIGMA CHINÊS

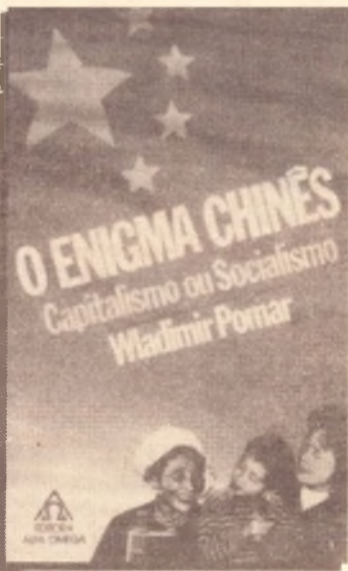
O livro mais completo sobre a China até hoje publicado no Brasil dá as pistas para entender as contradições do País do Meio. (CR\$7.200,00)



### A MIRAGEM DO MERCADO

É uma análise do processo de reestruturação do capitalismo naqueles países,

suas contradições, seus limites e seus mitos. (CR\$3.500,00)



### VENDA DIRETA DO AUTOR PARA O LEITOR

PREENCHA O CUPOM E ENVIE-O JUNTAMENTE COM SEU CHEQUE NOMINAL E CRUZADO A FAVOR DE WLADIMIR POMAR (RUA DR. SENG, 287/91 - CEP 01331-SÃO PAULO - SP). VOCÊ RECEBERÁ OS LIVROS EM SUA CASA, POR CORREIO, REMESSA REGISTRADA.

Sr. Wladimir Pomar, peço que me envie \_\_\_ exemplares de "Rasgando a Cortina" \_\_\_ exemplares de "A miragem do mercado" e \_\_\_ exemplares de "O Enigma Chinês".

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF \_\_\_\_\_ Cop: \_\_\_\_\_

# ÉTICA SINDICAL

As declarações feitas pelo deputado federal Paulo Paim (PT-RS) ao jornal **Zero Hora**, sobre a violência no

movimento sindical, tiveram forte repercussão junto às instâncias da CUT e do partido no Rio Grande do Sul. Reportando-se ao caso Oswaldo Cruz e à recente eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, disputada por duas chapas cutistas, Paim comparou o movimento sindical à "Chicago dos anos 30, onde irmão matava irmão". Durante a eleição em Canoas, disse o deputado, "a bala corria a noite toda, casas eram metralhadas". Paim disse que a Articulação Sindical "se desintegrou". Para ele, "quem ficou comandando foram a Democracia Socialista e a tal de Hora da Verdade", correntes para as quais "não interessam os meios adotados, mas os fins". Essa situação levou Paim a convocar "um debate nacional chamado A Ética na Política Sindical", pois "esse tipo de prática vai destruir o movimento sindical brasileiro, como aconteceu nos Estados Unidos, a partir da Chicago dos anos 30".

O presidente da CUT-RS, Jairo Carneiro, disse ao mesmo **Zero Hora** que considera "lamentável" a entrevista de Paim, ponderando que a violência no movimento sindical não foi inventada pela Central. Ele acha que faltou "grandeza" a Paim, pois o deputado federal concorreu a vice-presidente do Sindicato de Canoas pela chapa perdedora. "Foi uma reação tardia à derrota", comentou Carneiro, que rebateu ainda a afirmação do deputado de que muita gente vê os sindicatos como palanque. "Ele foi apoiado pelo sindicato para concorrer a deputado, em decisão de assembléia".

Entre os petistas, comenta-se que a chapa de Paim teria recebido apoio

da Força Sindical. Gilmar Pedruzi, o encabeçador da chapa, desfilou-se do PT há cerca um mês. Antes de filiar-se ao PSDB, aproximou-se do PPR e posou para fotos ao lado do presidente da Federação das Indústrias (FIERGS).

Ronaldo Zulke, presidente do PT-RS, acha que o partido deve fazer o debate proposto pelo deputado, porém "não somente sobre a ética, mas sobre todas as questões pertinentes ao movimento sindical". Zulke condena o método usado por Paim. "É um equívoco chamar o debate através da imprensa, sem sequer suscitá-lo nas instâncias do partido". O dirigente reprovou também o fato de Paim poupar, em suas críticas, uma parcela notória do sindicalismo. "É importante lembrar, e isso Paim não fez, quem tem sido os principais responsáveis por trazer a violência para o movimento sindical: o MR-8 e a Força Sindical. É lamentável que Paim não o faça".

O secretário-geral do partido, Adeli Sell, faz uma apreciação mais contida. "As declarações do deputado Paim são importantes no sentido de abrir um debate nas instâncias do PT e da CUT sobre os problemas do enfrentamento nas eleições sindicais. Seria valioso que dirigentes de peso tivessem a dignidade de fazer autocrítica dos erros cometidos nos vários embates do último período". Ele ressalva, porém, que a violência não surgiu com o movimento sindical combativo. "O uso da violência não pode ser um método utilizado por nós, devemos nos colocar frontalmente contra ele. O deputado Paim tem uma grande contribuição a dar nesse debate, nas instâncias do PT e da Central".

Marcos Soares

# Chuva de idéias

Na sexta-feira, 14 de janeiro, cerca de 70 pessoas passaram o dia reunidas no Governo Paralelo, em São Paulo, pensando a organização da campanha Lula 94. Desde novembro, a direção nacional do PT havia indicado uma comissão integrada pelos três vice-presidentes —Rui Falcão, Aloizio Mercadante e Luiz Eduardo Greenhalg— para apresentar uma primeira proposta. Essa equipe se reuniu algumas vezes com Lula e decidiu, nas vésperas do Natal, listar um conjunto de companheiros para um "brain-storm" (tempestade de idéias) sobre como organizar a campanha, sua estrutura, seus eventos, sua comunicação, suas finanças. Enfim: pensar sério a questão do "como chegar lá".

Na lista de convidados estava a Executiva Nacional, os parlamentares, prefeitos e muitos dirigentes com experiência em campanha. Mas foram também chamados companheiros de fora do partido, entre empresários, publicitários, gente de pesquisa e outros.

Já na convocação ficou claro que a reunião nada votaria, nem poderia deliberar sobre a campanha. Talvez por isso, todos os presentes gostaram muito do clima, da seriedade, da riqueza das contribuições. Em resumo: as intervenções estampavam a convicção forte de que vamos vencer estas eleições, sem que ninguém derrapasse no clima do já ganhou.

Lula abriu o encontro explicando seus objetivos. Somar idéias e propiciar ao Diretório Nacional uma tomada de decisão que levasse em conta também o ângulo de visão dos que não participam da vida das instâncias partidárias ou dos que não integram o atual Diretório, mesmo sendo figuras de alta expressão no partido e na sociedade.

Rui Falcão coordenou os trabalhos, convidando de início os

companheiros Wladimir Pomar, Luiz Gushiken e Zé Dirceu para uma recuperação da experiência de 89, com acento na análise das principais debilidades e falhas. Para que sejam evitadas desta vez, na medida de nossas possibilidades reais.

Seguiram-se 42 intervenções, que raramente respeitaram o limite de cinco minutos. O enfoque ia da preocupação com a política de alianças nos estados até as questões elementares de infra-estrutura, passando pela nossa mensagem na televisão e resposta às armações ilimitadas que já andam disparando por aí.

Uma ata-resumo das falas foi distribuída na reunião da Executiva Nacional, no dia 17, e a comissão integrada por Rui Falcão, Mercadante e Greenhalg se reúne com Lula no dia 20, devendo incorporar o conjunto de sugestões na proposta que será apresentada ao Diretório Nacional na reunião de 21, 22 e 23 de janeiro.

Se tudo correr bem, o Diretório bate o martelo para deslançar a campanha que, rigorosamente, já começou, mesmo que sem formalidades, no impacto tremendamente positivo que as caravanas da cidadania vão despertando em cada região visitada, a despeito da irritada cobertura na grande imprensa, honrosas exceções respeitadas.

Uma das preocupações mais reiteradas durante a tempestade de idéias foi a necessidade de estarmos preparados para uma guerra suja das forças da direita. Alguns lembraram que o caso Oswaldo Cruz é pinto, perto do que ainda vem por aí.

Foi ressaltada também a necessidade de despertar, com a campanha, um clima de mobilização social que sirva, ao mesmo tempo, para garantir a vitória e para criar condições concretas de governabilidade ao presidente Lula, viabilizando a implantação de nosso programa de reformas estruturais.

Paulo Vannuchi

## Amazonas

No dia 24 de janeiro, Lula inicia a 3ª Caravana da Cidadania. Partindo de Manaus, a comitiva percorrerá várias cidades do Amazonas e Pará, visitando populações ribeirinhas, portuários, jovens agricultores, militantes petistas e militares. A maior parte da viagem será percorrida com barcos, motivo pelo qual está sendo chamada de "Caravana Fluvial". O roteiro previsto é o seguinte: 24/01 -saída de São Paulo para Manaus; 25/01 - Novo Remanso; 26/01 - Itacoatiara e Urucurituba; 27/01 - Maués, Boa Vista dos Ramos, Vila São Benedito e Barreirinha; 28/01 - Parintins(AM) e Juruti(PA); 29/01 - Vila Serrinhas, Oriximiná e Óbidos; 30/01 - Alenquer e Santarém; 31/01 - Monte Alegre e Prainha; 01/02 - Almeirim, Vila São Raimundo e Gurupá; 02/02 - Breves e Oeiras; 03/02 - Abaetetuba, Barcarena e Belém; 04/02 - Belém; 05/02 - Capanema. A visita ao Jari começará quando o roteiro acima estiver concluído.

# NOS ESTADOS

## Rio de Janeiro

Continua a disputa para saber quem será o candidato do PT ao governo carioca. Apesar de vencedor na prévia (sem quórum) realizada ano passado, o deputado federal Wladimir Palmeira terá que disputar a vaga com Jorge Bittar, vereador da capital. Os apoiadores de ambas as pré-candidaturas estão realizando novas filiações e preparando-se para disputar os delegados que serão eleitos nos encontros municipais de março. Fontes do comitê de Jorge Bittar defendem sua candidatura com um "argumento praticamente irrefutável": a candidatura do vereador inicia a disputa já num patamar bastante elevado, o que

será essencial tanto para as campanhas proporcionais quanto para a de Lula. "Bittar é uma candidatura testada, ficou um 2º lugar, contra Brizola, em 1990, quando teve mais votos do que Lula na eleição presidencial. Não é uma candidatura que precisa ser construída". Já os apoiadores de Wladimir refutam: "o argumento de Bittar é o Ibope. Wladimir já é a expressão das bases, traduz melhor as resoluções do 8º Encontro e possui um perfil mais adequado para disputar o governo contra Marcelo Alencar, ao passo que Bittar corre na mesma faixa do ex-prefeito carioca.". Ambas as partes reconhecem que a disputa será apertada.

## Espírito Santo

O mais novo filiado petista no Espírito Santo veio do PSDB: é o deputado federal Helvécio Castelo. Helvécio foi presidente do PL capixaba. Em 1989, apoiou Collor no segundo turno. Eleito suplente pelo PL, assumiu uma vaga na Câmara Federal quando já havia se transferido para o PSDB. Sua entrada no PT está enfrentando forte resistência: submetida a voto no diretório estadual, sua filiação foi aprovada pelo apertado placar de 25 votos a 20. O caso agora está nas mãos da Executiva Nacional.

## Goiás

Outro recém-filiado ao PT é o deputado estadual e radialista Humberto Aidar, egresso do PFL. Convidado pelo prefeito de Goiânia, o ex-pefelista apoiou a candidatura petista no segundo turno e, após a eleição, passou a defender a administração Darci Accorsi. Filiado ao PT desde 29 de dezembro, Aidar tentará se reeleger deputado estadual.

# UMA CORRIDA DE OBSTÁCULOS

## Agenda 94

Os dois grandes desafios que nos esperam em 94 são o de eleger Lula presidente e o de governar o Brasil. Para enfrentá-los, o PT e seus aliados terão de vencer uma árdua e demorada corrida de obstáculos, cujas primeiras barreiras já vem sendo colocadas desde 93 e tendem a se multiplicar neste ano.

O pano de fundo geral é a disputa entre dois projetos históricos para o Brasil. O momento crucial dessa disputa é o das eleições do final do ano, mas o complexo processo político e eleitoral de 94 vai manifestar-se também por outras variáveis.

Depois do malogro e do fim da experiência da ditadura militar, as classes dominantes brasileiras, não podendo mais retornar ao projeto original de 30 nem à sua atualização dos anos 50, acabaram adotando em parte por adesão, em parte por apatia o neoliberalismo hoje predominante nas Américas e na Europa. Os governos Sarney, Collor e Itamar vêm expressando, no plano institucional, a tentativa de formular um modelo "brasileiro" do projeto neoliberal. Com exceção de Lula, praticamente todos os outros possíveis candidatos à sucessão presidencial apostam nesse modelo.

O projeto que se opõe ao neoliberalismo ainda está em elaboração, nem sempre apresenta contornos nítidos, é recheado de vazios, dúvidas e contradições, e, por ser de oposição, não tem um grande acervo de realizações práticas e de comprovações materiais. É um projeto com raízes históricas antigas e diversificadas, que se encontram tanto em noções da tradição anarcossindicalista, socialista e comunista, quanto em fragmentos dos ideários nacional-populista, corporativista e trabalhista que muitas vezes caracterizaram a postura geral da esquerda brasileira neste Século XX. No momento, a expressão mais acabada embora ainda incompleta desse projeto, é o Programa de Governo Lula 94, cujos primeiros debates já se iniciaram e que terão de ser intensificados neste ano.

Embora ainda não possa ser inteiramente descartada uma tentativa bem sucedida de uma "terceira via" oportunista, procurando agradar gregos e troianos, cada vez mais vai se consolidando a polarização antagonista entre os dois projetos, e são as manifestações dessa polarização que marcam os fatos políticos de 94.

### A revisão

Um dos principais fatos é a Revisão Constitucional. A maioria conservadora do Congresso, aliada a oportunistas e fisiológicos, acabou aprovando a Revisão, com um olho nos grandes interesses do grande capital e o outro olho nos presumíveis dividendos eleitorais de grupos corporativistas dominantes ou dominados.

Apesar de todo o esforço de obstrução do PT e de outras bancadas parlamentares, a esta altura é difícil imaginar uma alternativa que impeça a Revisão de chegar ao seu final, melancólico do ponto de vista político mas eficaz do jurídico.

E, pelo que se conhece dos partidos que apóiam a Revisão, ela vai piorar consideravelmente a Constituição de 88, tornando a mais conservadora e mais ajustada às concepções do neoliberalismo.

### AS CPIS

Outro grande fato político de 94, que também vem de 93, é a CPI do Orçamento. Apesar de todas as dificuldades, demoras, delongas, boicotes e sabotagens, a CPI já produziu alguns resultados e certamente produzirá outros. Um deles é a eventual cassação de mandatos parlamentares e a responsabilização administrativa, civil ou criminal de servidores públicos ou de empregados das grandes construtoras.

Tão ou mais importante deverá ser a capacidade de os partidos democráticos inspirarem-se nas investigações e condenações para efetuar reformas profundas na vida político-administrativa e nas relações entre Estado e empresas.

O possível adiamento da instalação das outras três CPIS a da CUT, a das empreiteiras e a do financiamento de todos os partidos - deve ser analisado e acompanhado com extremo cuidado. As três CPIS têm natureza diversa. A da CUT foi organizada pelas forças de direita com a evidente intenção eleitoral de prejudicar Lula e o PT. Embora o PT deva estar aberto a investigações e defender efetivamente o princípio da ética e da moralidade públicas mesmo quando seja ele o acusado não tem o direito de subjugar-se à ingenuidade de supor que, no caso, essas investigações se fariam com lisura e honestidade.

Basta ver o exemplo do assassinato de Oswaldo Cruz para perceber o que fazem as classes dominantes quando divisam, numa tragédia, a possibilidade de envolver e prejudicar a candidatura Lula. As autoridades permitem-se o luxo de cometer, impunemente, as mais gritantes falhas: laudos e investigações incompletas e erradas, interferência de áreas de jurisdição e competência, nomeação intempestiva e extemporânea de um delegado envolvido em acusações de "armação" contra o PT em 89, indevida transformação de meros detratores em "testemunhas importantes", inexplicável falta de empenho em deter o principal suspeito, e outras inúmeras irregularidades.

E a grande imprensa, da Folha à Rede Globo -- com raríssimas e louváveis exceções individuais -- pisoteia todos os princípios profissionais e éticos para impor ao público uma imagem falsa e distorcida dos fatos, das suas interconexões, dos antecedentes e conseqüentes, numa evidente manipulação ideológica, política, partidária e eleitoral. A CPI da CUT, se vier a ser implantada como o quer a direita, será o pretexto diário para a reprodução infinita de milhares de assassinatos simbólicos

dos quais o PT será acusado.

A CPI das empreiteiras não precisaria sequer ter sido aventada, se tivesse havido suficiente pressão popular sobre o Congresso para que este, por sua vez, pressionasse a CPI do Orçamento a completar sua tarefa, estendendo ao Executivo, aos bancos, às empresas, as investigações indispensáveis para desvendar o assalto ao dinheiro público no Brasil.

A terceira CPI do financiamento dos partidos foi proposta pelo PT, e embora já tenha número suficiente de assinaturas, somente será instalada se houver vigoroso movimento de opinião pública nesse sentido. Se vier a ser instalada e tiver seus trabalhos conduzidos com seriedade, essa CPI poderá transformar-se no próprio processo histórico do capitalismo neoliberal e da sociedade burguesa, dando início à verdadeira "Operação-mãos-limpas" no Brasil, e obrigando a profundas reformas estruturais. A essa CPI, as classes dominantes resistirão de todas as formas. A medida que avançar o ano de 94, e à medida que também forem avançando os acordos e alianças entre as grandes empresas e candidaturas majoritárias e proporcionais em quase todos os cantos do País, cada vez será mais difícil a instalação dessa CPI.

Por isso mesmo, o PT deverá lutar pela unificação da CPI da CUT e do financiamento dos partidos, lutar pela imediata instalação dessa CPI unificada, indicar seus representantes oficiais e mobilizar a opinião pública para estender as investigações a todos os partidos (não só ao PT), a todas as centrais sindicais (não só a CUT) e a outras entidades. Ao mesmo tempo, o PT deverá continuar denunciando as irregularidades, ilegalidades e inconstitucionalidades que cercaram a criação, sem "fato determinado", da CPI da CUT, para atender os interesses eleicoeiros da direita e para desviar a atenção pública do escândalo Pau Brasil, no qual estão envolvidos os correligionários do PRN de Amin, entre os quais Maluf.

O PT também deverá lutar para abrir o debate público dos temas centrais envolvidos pela CPI do financiamento dos partidos: a reforma da lei eleitoral, a reforma da lei partidária, a questão do sigilo bancário, a questão da fidelidade partidária, a concepção do mandato eletivo, a legitimidade do apoio político e material de entidades sindicais e populares a partidos e candidaturas, desde que democraticamente aprovadas pelos sócios das entidades e transparentemente fiscalizados pelo público, e assim por diante.

### As eleições

Finalmente, o grande evento político de 94: a eleição presidencial, combinada com eleições estaduais e com eleições legislativas, tanto estaduais quanto nacional. Mas não se pode descartar inteiramente a hipótese de ocorrerem grandes movimentações sociais por causa da carestia e do arrocho salarial. Tais fatos poderão ter influência decisiva no quadro eleitoral.

A não ser que haja algum acidente de percurso (os inimigos estão fazendo de tudo para que haja), é muito provável que Lula passe ao segundo turno e há chances reais de que seja eleito presidente da República em 15 de novembro.

Os partidos defrontam-se hoje com o desafio de montar uma política de alianças que combine um mínimo de princípios e de coerência com o máximo de rendimento eleitoral. O problema de uma política de alianças é o de que um acordo X-Y num determinado local e num determinado momento não vacine nem o partido X e nem o partido Y contra acordos indesejáveis de X com A ou de Y com Z em outros momentos e outros locais.

Isso quer dizer que se, por um lado, a circunstância de termos de enfrentar uma eleição duplamente conjugada (executivo - legislativo, nacional - estadual) é boa para assegurar maior governabilidade parlamentar para quem for eleito no Executivo, por outro lado pode criar impecilhos nas relações entre o futuro presidente da República e os futuros governadores, senadores e deputados federais.

Não apenas o PT, mas também os demais partidos, terão de costurar uma política de alianças locais que reforce as alianças nacionais, e, por outro lado, efetuar alianças nacionais que não impeçam ou prejudiquem alianças locais.

### Temas Nacionais e Estaduais

Embora a natureza presidencial da campanha de 94 confira um caráter central à discussão dos grandes temas nacionais e estruturais, a presença de candidatos a governador, a senador, a deputados estaduais e a deputados federais pelos Estados tenderá a puxar a campanha, pelo menos em parte, a temas estaduais, regionais e locais.

Para enfrentar tal emaranhado de alianças, acordos, linhas programáticas, temas e debates, um Partido como o PT deverá atuar de forma muito mais nítida e coordenada do que tem feito até agora. Terá de formular e debater um programa de governo que delimite claramente as forças econômicas, sociais e políticas em jogo, que fixe as metas atingíveis no período de governo e que lance as bases para importantes transformações estruturais.

Essa será a principal tarefa dos petistas e simpatizantes durante o ano de 94: elaborar e debater o Programa de Governo, travar uma incomensurável batalha ideológica e compatibilizar as candidaturas majoritárias e proporcionais, no nível estadual e no nível nacional, a esse programa.

Perseu Abramo  
da Executiva Nacional do PT

# NÃO BASTA DIZER "O PETRÓLEO É NOSSO"

TEM QUE SABER O QUE VAI  
ACONTECER SE O PETRÓLEO  
PASSAR A SER DELES...



Muita gente que lê este jornal sabe que o petróleo não pode ficar nas mãos das multinacionais. Mas tem muito mais gente que não lê este, nem nenhum outro jornal, que não compreende nada desta história de "soberania nacional"...

A quebra do monopólio estatal do petróleo tem conseqüências imediatas sobre nossa economia. Por exemplo: a definição dos preços ao consumidor do gás de cozinha, do óleo diesel, do óleo industrial e da gasolina pode deixar de ser uma atribuição do governo federal. E passar para as mãos da Esso, da Shell, da Texaco.

Aí sim, o peso desta decisão vai acabar no bolso de todo leitor ou não leitor de jornal...

FEDERAÇÃO ÚNICA  
CUTISTA / PETROLEIROS

**CUT**

COMITÊ EM DEFESA  
DO MONOPÓLIO  
ESTATAL DO PETRÓLEO  
E DA PETROBRÁS



**MOVIMENTO  
EM DEFESA  
DO SISTEMA  
PETROBRÁS**

É DO POVO, NÃO SE ENTREGA.

PARA APOIAR ESTA LUTA DISQUE: Mauá (011) 450-5322, SP (011) 255-4972, SJC (0123) 29-7188, Santos (0132) 34-5964, Campinas (0192) 41-6144

# CHIAPAS QUER PÃO, TERRA E LIBERDADE

Nas primeiras horas de 1994, aproximadamente dois mil camponeses, quase todos indígenas, muito bem organizados, pegaram em armas e ocuparam Ocosingo, San Cristobal de las Casas, Las Margaritas e Altamirano, quatro municípios importantes do estado de Chiapas. Organizados no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), desconhecido até então, tomaram em Ocosingo uma estação de rádio, através da qual leram a "Declaração de Guerra da Selva Lacandona". Nela manifestaram as razões que os levaram a pegar em armas: "Nos têm sido negadas as condições mais elementares de vida, para assim poderem nos utilizar como bucha de canhão e saquear as riquezas da nossa pátria, sem se importarem se estamos morrendo de fome e enfermidades curáveis, sem se importarem que não temos nada, nem teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito de eleger democraticamente as nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e para nossos filhos. Mas hoje nós decidimos, basta!"

No mesmo comunicado, o EZLN chama a todos os mexicanos a se unirem a sua luta "para depor o ditador Carlos Salinas de Gortari", e para avançar sobre a capital e instalar um governo provisório que garantisse "eleições verdadeiramente livres e democráticas".

Desde este dia não cessou o combate entre os guerrilheiros e o Exército mexicano. Os povoados tomados em primeiro de janeiro foram desocupados, porém outros foram tomados, e se sabia da existência de atividades insurgentes em 14 municípios, entretanto podem ser muitos mais. Na primeira quinzena de janeiro, falava-se em cerca de 500 mortos.

Os guerrilheiros, muitos dos quais não contam com mais armamentos que um machete, uma lança ou um rifle de madeira com ponta de metal afiada, destruíram os palácios municipais dos povoados que tomaram; libertaram os presos, com exceção de assassinos,

violadores e narcotraficantes; abriram lojas e farmácias para distribuir alimentos e remédios para as comunidades. Também em alguns lugares, depois de levar a cabo um "julgamento sumário", sequestraram os latifundiários e chefes políticos mais importantes e mataram seus guarda-costas, quando estes resistiram.

Organizações não governamentais denunciaram energeticamente o início dos bombardeios contra a população civil, no quarto dia de conflito, assim como diversas violações dos direitos humanos efetuadas pelo Exército: assassinatos de civis e desaparecimentos.

No dia 8 de janeiro, na cidade do México, explodiu uma bomba em um centro comercial. O EZLN se desvinculou destas ações, que foram reivindicadas pelo Partido Revolucionário Obrero Clandestino Unión del Pueblo (PROCUP), organização militarista marcadamente infiltrada pelo governo e que tem uma posição muito mais parecida com o Sendero Luminoso que com o Exército Zapatista.

**Pobreza e repressão.** A insurreição, que parece envolver a comunidade inteira — calcula-se que sejam 10 mil homens sublevados — se explica pelas condições sociais e políticas que imperam no estado de Chiapas. Pobreza extrema, repressão aguda e discriminação por motivos étnicos são as principais características. Apesar de seus grandes recursos naturais, Chiapas é o estado mais pobre da república e aquele em que se registra o maior número de violações dos direitos humanos, especialmente dos

indígenas. Existe, além de tudo, uma forte concentração da propriedade da terra. Quase 77% da terra se encontra nas mãos de umas poucas famílias, e esta região é uma das poucas em que a reforma agrária não foi até o fim depois da revolução de 1910.

Os 40% da população que vivem na zona do conflito (centro-norte do estado) se encontram em condições de extrema marginalização: 70% dos que conseguiram salário em 1991 receberam menos de 3 dólares diários. O índice de analfabetismo é o mais alto do país e chega a alcançar 60% da população em zonas indígenas. Apesar de gerar 55% da produção nacional de energia, ao final dos anos 80, mais de metade das casas não dispunha de eletricidade (nas habitações indígenas, esse índice era de 95%, em 1982). Em 1988, 54% da população estava desnutrida.

Ademais, a repressão que exercem os militares e os corpos privados de segurança dos latifundiários contra os camponeses e

suas organizações é cotidiana: encarceramentos injustificados, assassinatos e torturas se sucedem sem que se exerça alguma ação contra os agressores. Estes atropelos se intensificaram desde o ano passado, em que cresceu aceleradamente a presença militar (12 mil soldados em 1993), ao que parece, graças às notícias que se tinha da existência de campos de treinamento de guerrilheiros.

**O PRD e o levantamento armado.** Os acontecimentos comoveram o país inteiro. O governo omitiu uma resposta oficial até 5 de janeiro. Sua primeira proposta de paz não foi mais do que o convite à rendição incondicionada dos guerrilheiros. Antes que o presidente Salinas de Gortari saísse a público, o candidato à presidência do Partido da Revolução Democrática (PRD), Cuauhtémoc Cárdenas, manifestou sua posição frente aos acontecimentos: "A rebelião dos indígenas é um grito desesperado para defender sua dignidade de seres humanos, pisoteada e negada pelos sucessivos governos do estado e da nação e pelos seus protegidos, os chefes políticos e os latifundiários chiapanecos".

O candidato do PRD assinalou que a prioridade é restabelecer a paz e que isto pode se conseguir com o estabelecimento de uma nova ordem de justiça e democracia através de uma eleição "livre e respeitada." Cárdenas sustentou que o caminho para estabelecer as condições de mudança no México é derrotar o partido do estado nas urnas e defender o triunfo com a mobilização do povo mexicano".

A rebelião zapatista demonstra não somente as graves consequências sociais do neoliberalismo, mas também a explosividade que se produz quando se aplica em países como os da América Latina, onde a maioria da população vive na pobreza.

No seu desespero, não encontrando outra alternativa para transformar a sua realidade, milhares de chiapanecos decidiram pegar em armas. Como diz o famoso escritor mexicano José Emílio Pacheco, "não é possível acabar com a violência dos sublevados, se não se acaba com a dos opressores."



EMILIANO ZAPATA

Sônia Ortega  
Cidade do México

## Retrato da justiça em Chiapas

Em 1986, o deputado Eraclio Zepeda visitou a prisão de Cerro Hueco. Ali conheceu um índio maia tzotzil, que fora condenado a 30 anos de cárcere porque havia assassinado seu pai. Por casualidade, Eraclio descobriu que aquele pai supostamente morto era quem levava a comida ao prisioneiro, todo dia. O índio fora interrogado e julgado em espanhol, língua que mal entendia, e com ajuda de um espancamento havia confessado ser o autor dessa coisa chamada parricídio. (Texto de Eduardo Galeano na revista Brecha)

## MATANÇA QUE NÃO CESSA

"O ano começa sem novidades. Há fatos novos, porém são repetição de outros demasiadamente conhecidos. No México, em Chiapas, se está matando com gosto, se bombardeia. Seguramente se tortura, também com vontade, e se permite que os jornalistas fotografem os cadáveres de índios nas ruas dos povoados. É provável que os eliminem todos, aos revoltosos e a muitos mais. Participem ou não na revolta, serão perseguidos por meses, anos. Faz séculos que vem ocorrendo: exatamente cinco". (Texto de Carlos Liscano, na revista Brecha)

# O CERCA-LOURENÇO

MARINGONI

